



AS PRIMEIRAS FACHADAS AZULEJADAS DE LISBOA

Alexandre Pais (a), mnazulejo.alexandrepais@imc-ip.pt; João Manuel Mimoso (b), jmimoso@lnec.pt; Joana Campelo (c), joanacampelo@imc-ip.pt

(a) Museu Nacional do Azulejo, Lisboa, Portugal; (b) Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), Lisboa, Portugal; (c) Direcção-Geral do Património Cultural, Lisboa, Portugal

RESUMO

Para uma revolução tão importante em termos de conceito de aplicação como foi a colocação de azulejos nas fachadas de edifícios no século XIX, deste modo alterando decisivamente a percepção do espaço citadino no que diz respeito à estética e luminosidade, pouco se conhece dos aspectos que conduziram a esta opção que mesmo para a mentalidade actual pode ser considerada muito ousada. O seu entendimento é tanto mais urgente quanto ainda hoje não merece dos investigadores e historiadores de arte nem dos responsáveis municipais um olhar mais atento e uma salvaguarda mais eficaz – ainda que esta atitude esteja a mudar [1] – perdendo-se todos os dias vários imóveis com este tipo de revestimento.

Partindo de conjuntos datados é possível assinalar que o denominado estilo neoclássico permanece ainda como opção estética na azulejaria até, pelo menos, ao final da década de 20 do século XIX. Será na década seguinte, mas mais decididamente nos anos 40, que começará a ocorrer a mudança de mentalidade que permitiu a transposição da azulejaria para o exterior dos edifícios, não palácios ou igrejas – ainda que sejam conhecidos alguns exemplos – mas esmagadoramente prédios de arrendamento de uma burguesia que ganhava, de forma crescente, importância na organização social portuguesa.

Para abordar o fenómeno importa definir três aspectos essenciais: o primeiro é o do enquadramento social, temporal e estético que presidiu a esta renovação da aplicação de revestimentos cerâmicos nos edifícios; o segundo é o do(s) modelo(s) a partir do(s) qual(is) se disseminou esta moda; o terceiro prende-se com os protagonistas, ao nível do desenho, da produção, da distribuição e da aplicação dos azulejos.

PALAVRAS-CHAVE: Azulejos, fachadas urbanas, Romantismo, história industrial

1. INTRODUÇÃO

Na recente tese de Margarida Portela Domingues [1], a autora identificou, em diversas cidades do País, incluindo Lisboa, algumas das fachadas que, na sua



opinião, se contarão entre as de azulejamento mais antigo. Alguns desses edifícios urbanos, bem como outros que não referiu mas que nos parecem também de grande importância, encontram-se num estado de abandono, temendo-se o seu colapso ou demolição. Outros, embora habitados, têm as fachadas em perda. Este facto sugeriu-nos uma linha de investigação que tentará estabelecer uma cronologia apoiada em considerações estilísticas e, sempre que possível, em bases documentais. Este trabalho pretende constituir uma reflexão sobre o interesse do azulejamento das fachadas enquanto fenómeno social e estético, percorrendo alguns desses casos mais antigos, discutindo o seu possível significado e apontando os problemas de conservação de que padecem.

O estudo da azulejaria nas fachadas arquitectónicas no decorrer do século XIX deve ser abordado a partir de fontes diversas, por forma a enquadrar um fenómeno complexo e com múltiplas facetas. Um dos primeiros pontos a considerar é o da produção fabril, ou seja, quais as unidades de fabrico cerâmico que desempenharam um papel significativo na criação de azulejos aplicados nos revestimentos exteriores das arquitecturas lisboetas. Ainda que estas fábricas não devam ter sido em grande número e não tenham conhecido o mesmo sucesso ao longo dos quase 80 anos que assistiram a esta moda, aparentemente iniciada na transição da década de 30 para 40 do século XIX, é fundamental definir o seu protagonismo. Este não deve ser entendido unicamente à luz dos volumes respectivos de produção, mas também tendo em conta a diversidade de modelos e as técnicas empregues na sua execução (estampilha, estampagem, relevo...). Ainda dentro deste nível de abordagem interessa considerar o aspecto da herança laboral acumulada, querendo-se com isto referir quais as unidades fabris que se aplicaram na produção deste tipo específico de azulejos e que são subsidiárias do saber das antigas olarias, como foi aparentemente o caso das fábricas Constância e Viúva Lamego, e quais surgem de novo. Também importa reflectir acerca das técnicas de execução empregues em cada uma das fábricas, para aferir da maior ou menor adaptabilidade destes produtos relativamente à função que lhes era exigida, identificando especificidades como parece ser o caso da fábrica Roseira.

Outra via de investigação prende-se com a clientela a quem se destinavam estes produtos procurando definir, simultaneamente, se é possível assinalar áreas de consumo dentro da cidade.

Ambas as questões estão relacionadas com a dimensão temporal da aplicação dos azulejos nas fachadas, decorrendo paralelamente enquanto se prossegue o seu levantamento cronológico. É provável que se encontrem variações no perfil dos consumidores e até nos propósitos que presidiram a estes revestimentos, quando confrontados com as épocas em que foram aplicados, mas estas são hipóteses de trabalho ainda em aberto e a precisar de fundamentação. O levantamento daqui



resultante permitirá ainda definir cronologias estéticas na aplicação da azulejaria nas fachadas de Lisboa, assinalando especificidades que, provavelmente, corresponderão a gostos determinados dentro de janelas temporais seguras. Daqui poderá resultar um outro aspecto, a possibilidade de encontrar os modelos a partir dos quais se desenvolveram modas de aplicação – ainda que muitos edifícios estejam já irremediavelmente perdidos ou com as suas fachadas significativamente alteradas – dimensão fundamental para o entendimento tanto da formação do gosto, como do papel determinante dos espaços e, até, dos indivíduos que contribuíram para o modelar estético da cidade.

Uma terceira componente que interessa assinalar dentro desta reflexão prende-se com o momento em que a aplicação de azulejos em fachadas conheceu a sua afirmação. Nesta óptica, pretende-se perceber o papel que a azulejaria desempenhou em certames nacionais e internacionais ao longo do século XIX, em que moldes e qual o destaque que lhe foi sendo dado quando começou a ser considerada digna de figurar aí. Esta dimensão entronca no aspecto da produção fabril, havendo lugar a determinar quais os protagonistas responsáveis pela sua produção e qual o reconhecimento que lhe foi devido na época.

2. TEMA (TEXTOS NO LIVRO DE ACTAS)

3. UM PASSEIO PELAS PRIMEIRAS FACHADAS AZULEJADAS DE LISBOA

4. NOTA CONCLUSIVA



5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 - DOMINGUES, Ana Margarida Portela, *A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal*. Tese de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009.

2 - TEIXEIRA, José, *D. Fernando II: Rei-artista, artista-Rei*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1986.

3 - ALMASQUÊ, Isabel, VELOSO, Barros, *Azulejos de fachada em Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1989.

4 - MECO, José, *O azulejo em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986.

5 - *Catalogue spécial de la section portugaise à l'Exposition Universelle de Paris en 1867*. Paris: Librairie administrative de Paul Dupont, 1867.

6 - *Catálogo oficial dos objectos enviados à Exposição Industrial Portuguesa em 1888*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888.

7 - LEPIERRE, Charles, *Estudo Químico e Tecnológico sobre a Cerâmica Portuguesa Moderna*, Boletim do Trabalho Industrial, LXXVIII, Lisboa, 1912

8- ARRUDA, Luisa, *Caminho do Oriente – Guia do Azulejo*, Livros Horizonte, 1998-